

O CONCEITO DE RESISTÊNCIA NOS ESCRITOS GENEALÓGICOS DE FOUCAULT: UM DIÁLOGO COM OS PRINCIPAIS CRÍTICOS

Igor Corrêa de Barros¹

RESUMO: O elemento filosófico central da obra de Michel Foucault é o conceito de poder. Não obstante a sua concepção relacional de poder, a noção de resistência foi e permanece controversa. A resistência foi pensada por Foucault como algo que ultrapassa o âmbito teórico e penetra no âmago mesmo da nossa existência. De diferentes modos, intérpretes consideram-na uma noção eclipsada por um conceito de poder que torna qualquer luta política quimérica e redundante. Este artigo propõe um minucioso exame do conceito de resistência na genealogia foucaultiana e também uma análise das principais críticas e comentários atribuídos à noção de resistência elaborada por Foucault.

Palavras-chave: Foucault; Poder; Resistência.

THE CONCEPT OF RESISTENCE IN THE GENEALOGICAL WRITINGS OF FOUCAULT: A DIALOGUE WITH THE MAIN CRITICS.

ABSTRACT: The central philosophical element of Michel Foucault's work is the concept of power. Notwithstanding his relational conception of power, the notion of resistance was and remains controversial. Resistance was thought of Foucault as something that surpasses the theoretical scope and penetrates the same core of our existence. In different ways, interpreters consider it an eclipsed notion by a concept of power that makes any chimerical and redundant policy struggle. This article proposes a thorough examination of the concept of resistance in the Foucaultian genealogy and also an analysis of the main criticisms and comments attributed to the notion of resistance elaborated by Foucault.

Keywords: Foucault; Power; Resistance.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para Foucault, além de temas tradicionais, como o ser e a verdade, no século XX, uma questão se impõe de forma amarga para a filosofia: os excessos de poder dos regimes totalitários, essas “formas patológicas” ou “doenças” do poder; regimes que levaram os efeitos do poder a dimensões até então inimagináveis para a sociedade moderna,

¹ Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de São João Del Rei. Mestrando em Filosofia na Universidade Federal de São João Del Rei. E-mail: igorbarros21@gmail.com

tornando-se assim o perigo perturbador que nos ameaça e intimida. Para o filósofo francês, uma das funções da filosofia nosso tempo é denunciar os excessos de poder, analisar os mecanismos de sujeição aos quais permanecemos atrelados e avaliar os possíveis focos de contraconduta. Partindo deste prisma, as elaborações e o contínuo interesse de Foucault pelas relações de poder pode ser interpretados como uma forma de denúncia e resistência.

Assim como muitos autores franceses que presenciaram a invasão nazista durante a segunda guerra, Foucault dedicou-se não só a vida acadêmica, como também a militância e ao combate a ameaça totalitária. Além de participar do movimento estudantil francês de 1968, o autor dedicou-se a outras causas, como o movimento antimanicomial, o movimento gay e movimento anti prisões, quando criou o GIP² em parceria com Deleuze e outros intelectuais da época. Dessa forma, os objetos de pesquisa de Foucault- loucura, prisões e sexualidade- são uma extensão de sua militância, uma forma de construir um saber cujo objetivo maior é servir como uma caixa de ferramenta para aqueles que ousam enfrentar o poder.

O termo ‘resistência’ desempenha um papel importante na construção argumentativa de Foucault, tornando-se, em sua extensão, um dos pontos mais complexos de sua obra. Ao lado da noção de poder, há a utilização por parte do autor de metáforas como “oposição ao poder”, “batalha”, “contra-investimentos”, “foco local” que se referem ao outro lado das relações de poder: a resistência.

Este artigo tem por objetivo realizar uma minuciosa análise da noção de resistência nos escritos genealógicos de Foucault e também apresentar as principais críticas e comentários atribuídos ao conceito de resistência cunhado pelo autor.

O CONCEITO DE RESISTÊNCIA EM VIGIAR E PUNIR E A VONTADE DE SABER

A concepção de poder elaborada na genealogia foucaultiana se opõe a concepção de poder que prevalecia até então na tradição do pensamento político e filosófico. De um

² GIP – Grupo de Informação sobre as Prisões- grupo criado por Foucault e Gilles Deleuze, cujo objetivo era dar voz aos prisioneiros e denunciar as violações dos direitos humanos ocorridas no interior das prisões francesas.

lado, na ordem de cessão ou contrato, uma noção jurídica e liberal de poder, pautada no direito e nas leis, como algo que se transfere ou se aliena em nome de uma soberania política; e de outro a noção do poder como repressão, algo que tem por objetivo a manutenção de privilégios e a dominação de uma classe sobre a outra, como entendida pela perspectiva marxista.

Segundo Foucault (2014), o exercício do poder não é nem da ordem do contrato, como acreditam os liberais, nem da repressão, como defendem os marxistas. Para superar o economicismo e a explicação jurídica, o autor encontra na metáfora da guerra o modelo de análise das relações de poder. Foucault elabora todo um vocabulário bélico para defender a tese de que o poder é a batalha estendida por outros meios: “técnicas”, “táticas”, “luta”.

Em *Vigiar e Punir*, 1975, o autor trata de forma detalhada da emergência da sociedade disciplinar e do nascimento de uma nova economia punitiva, centrada no adestramento dos corpos. Nessa obra, a questão da resistência aparece insinuada, como um pano de fundo. A palavra resistência não é a rigor usada, mas uma leitura metódica permite identificar uma passagem em que o autor fala de certo “movimento de oposição ao poder”.

Esse poder, por outro lado, não se aplica pura e simplesmente como uma obrigação ou uma proibição, aos que “não têm”; ele os investe, passa por eles e através deles; apoia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apoiam-se por sua vez nos pontos em que ele os alcança. Finalmente, não são unívocas [as relações de poder]; definem inúmeros pontos de luta, focos de instabilidade comportando cada um seus riscos de conflito, de lutas e de inversão pelo menos transitória da relação de forças. (FOUCAULT, 2014, p. 30).

Se o poder é definido como enfrentamento e relações de força, a resistência é esse contínuo enfrentamento, essa oposição ao poder, com maior ou menor potência, mas sempre presente. Dessa forma, a resistência não é uma substância ou uma essência que se forma contra o poder. Assim como o poder, a resistência vem de “baixo” e se distribui estrategicamente; ela aparece como num campo de relações de força, e é exercida através de múltiplas táticas móveis e dísperas. Se poder é disperso e atua em várias frentes, a

resistência é a possibilidade de inversão e neutralização dos efeitos desse poder. A resistência é a contraface do poder, um ponto de instabilidade e de perpétua batalha.

No curso *Em defesa da sociedade*, 1975-76, Foucault faz uma revisão de seu trabalho e parece duvidar do modelo bélico de análise das relações de poder: “É mesmo exatamente da guerra que se deve falar para analisar o funcionamento do poder? São válidas as noções de 'tática'; de 'estratégia' e 'relação de força'”? (FOUCAULT, 2005, p. 26). Apesar da autocrítica, em *A vontade de saber*, lançado no final de 1976, Foucault ainda utiliza a linguagem bélica para se referir às relações de poder. Um dos motivos da continuidade talvez seja que, nesse ponto, o autor ainda não estivesse certo de um modelo mais específico para a análise do poder (Cf. PATTON, 2013). Ainda em *A vontade de saber*, no tópico sobre *Método*, encontramos algumas considerações explícitas e emblemáticas a respeito da resistência; particularmente, a conhecida afirmação “lá onde há poder, há resistência” (FOUCAULT, 2019, p. 104). Foucault está dizendo textualmente que a resistência nunca é exterior ao poder; ela acontece no interior das relações de poder; ela é o alvo, o anteparo “que o poder deve contornar”.

Ao abordar explicitamente a resistência em *A vontade de saber*, Foucault elabora alguns contornos que são essenciais para a formulação desse conceito.

ONIPRESENÇA

O primeiro ponto, como citado anteriormente, é a onipresença. A resistência nunca está em posição de exterioridade em relação ao poder, pois ela é o outro elemento fundador das relações de poder; resistência e poder são indissociáveis. Não há relações de poder sem resistência, pois essa se forma lá onde se exerce o poder. Foucault elabora uma analítica do poder sem exterioridade, o que não significa que a resistência é vítima do poder, pelo contrário, é ela que garante que o poder seja relações de força e não simplesmente dominação. A resistência é o anteparo que o poder deve contornar e vencer.

MULTIPLICIDADE

A segunda característica da resistência é a multiplicidade. Assim algo como “o poder”, não há uma resistência, e sim resistências, no plural:

Esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder. Portanto, não existe, com respeito ao poder, um lugar de grande recusa – alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição não podem existir a não ser no campo estratégico, das relações de poder. (FOUCAULT, 2019, p.104).

Nota-se, portanto, que a resistência não pode ser reduzida a um movimento, como a luta de classes, por exemplo. Mesmo sendo uma grande estratégia, Foucault se nega a aceitar o que ele chamou de “um local de grande recusa”, pois há outros movimentos de contestação do poder espalhados por todo o campo social. Esses focos locais são tão importantes quanto às lutas globais e muitas vezes não se resumem a elas. As lutas locais muitas vezes têm sua origem e seus objetivos próprios, não foram e não tem como ser confiscadas pelas lutas de classe pois não se resumem a ela. Assim como o poder não é posse do Estado, a resistência não é posse das lutas de classe.

IRREDUTIBILIDADE

O terceiro ponto é a irredutibilidade. A resistência é sempre uma forma de discordar de uma ação sofrida, de maneira mais complexa que uma oposição binária. A lógica binária de dominantes *versus* dominados pode ser ineficaz para a compreensão de um conjunto heterogêneo de práticas de resistência locais e disseminadas.

Mas isso não quer dizer que sejam apenas subproduto das mesmas, sua marca em negativo, formando, por oposição à dominação essencial, um reverso inteiramente passivo, fadado à infinita derrota. [...] Elas são o outro termo nas relações de poder; inscrevem -se nestas relações como o interlocutor irredutível. (FOUCAULT, 2019, p, 106).

A resistência não é uma vítima passiva das relações de poder e sim o anteparo irredutível que se opõe a dominação, formando uma cadeia de correlações de forças que

se espalham por todo corpo social. A resistência não é simplesmente um subproduto do poder, e sim um interlocutor irredutível.

POSITIVIDADE

A quarta e última característica elaborada por Foucault versa sobre o potencial ativo de transformação da realidade contido nos processos de resistência. Tanto a resistência quanto o poder são comumente descritos em termos negativos. Na análise foucaultiana, negar o poder é uma forma menor de resistência; é preciso criar novas relações, subverter os efeitos desse poder e, a partir de então, transformar a realidade. A noção de resistência está pautada na possibilidade concreta de subversão do poder.

Na breve análise apresentada, podemos concluir que a contraface do poder é perseguida por Foucault desde o início da fase genealógica, mesmo que em menor grau que o poder. Analisar apenas *Vigiar e Punir* e *A vontade de saber* pode levar a falsa conclusão de que o autor tem pouco a contribuir com seu conceito de resistência e que pouco espaço foi dado para a questão. No próximo tópico, nosso foco recairá sobre alguns dos materiais secundários da fase genealógica, nos quais Foucault explicita melhor sua noção de resistência e cita exemplos concretos de movimentos de oposição ao poder.

O ESPAÇO DA RESISTÊNCIA NA GENEALOGIA FOUCAULTIANA

Alguns estudiosos, como Ravel (2010) sustentam que a noção de resistência tem um papel fundamental na fase genealógica dos estudos foucaultianos. Na mesma linha, Heller defende a elaboração da noção por parte do autor. Para a autora, a “ideia de que a resistência ao poder, longe de ser infundada teoricamente, é estruturalmente garantida por Foucault pela reversibilidade dos mecanismos de poder e pelos heterogêneos processos de subjetivação” (HELLER, 1996). Assim como a análise do poder, conceber a resistência a partir de “baixo”, de formas dispares e não centralizada é um dos diferenciais da genealogia foucaultiana.

Apesar de reconhecer a importância das elaborações de Foucault, Castelo Branco questiona qual o lugar da resistência na genealogia do poder. Segundo o comentarista,

apesar do engajamento político de Foucault na década de 1970, como o GIP, poucos exemplos concretos foram apresentados pelo autor nessa fase.

Apesar de sua participação pessoal em movimentos de resistência, nessa época, como o GIP, em torno da questão das prisões, entre outros, Foucault pouco escreve sobre o assunto, citando em raras passagens movimentos como os contrários à lógica consumista (como os movimentos antipoluição) e os partidários da liberdade de poder usar o próprio corpo (como os movimentos pró-aborto). (CASTELO BRANCO, 2001, p. 240).

Castelo Branco sustenta que a fase genealógica é farta de exemplos e análises dos micropoderes, como a disciplina, e que um dos motivos que levou Foucault a privilegiar a análise dessas práticas seria o sucesso de suas contribuições e as expectativas geradas em seu público. Outro motivo dessa escolha metodológica é a tese de que o indivíduo é produto do poder. Nas palavras do próprio Foucault "o que me parece característico da forma de controle atual é o fato de que ele se exerce sobre cada indivíduo: um controle que nos fabrica, impondo-nos uma individualidade, uma identidade" (FOUCAULT, 1994, p.662). O terceiro motivo é a desconfiança de Foucault quanto à luta dos grupos. O autor observa que, historicamente, nem toda luta de grupos culminaram na contestação do poder. Alguns movimentos apenas consolidaram uma estrutura já estabelecida, como os as lutas por higiene ou saúde. Outro ponto a ser levantando é a descrença de Foucault nas lutas partidárias, que, para o autor, só atestam a esterilidade política de nosso tempo.

Esse posicionamento pode levar a falsa conclusão de que Foucault não acreditava no potencial ativo de contestação do poder e que o autor pouco tem a contribuir para essa questão. No entanto, a fase genealógica é rica em material secundário, como cursos, entrevistas e ensaios. Em vários deles, Foucault não só ressalva sua noção de resistência, como cita exemplos concretos. É justamente sua crença na subversão do poder que embasa sua noção de resistência. Para o autor, o poder não domina o indivíduo por completo:

Não coloco uma substância da resistência face a uma substância do poder. Digo simplesmente: a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa. (FOUCAULT, 1979, p. 241).

Dessa forma, há sempre a possibilidade de luta e transformação. O indivíduo não é um átomo passivo, dominado pelas malhas do poder. A resistência é tão transformadora e ativa quanto o poder. Exemplos concretos de resistência são apresentados em algumas entrevistas. Em relação aos “movimentos de liberação sexual”, Foucault sustenta que esses partem do interior dos dispositivos de sexualidade e procuram ultrapassá-los:

Tomemos o caso da homossexualidade. Foi por volta de 1870 que os psiquiatras começaram a constituí-la como objeto de análise médica. É o início tanto do internamento dos homossexuais nos asilos, quanto da determinação de curá-los. Antes eles eram percebidos como libertinos e às vezes como delinqüentes. A partir de então, todos serão percebidos no interior de um parentesco global com os loucos, como doentes do instinto sexual. Mas, tomando ao pé da letra tais discursos e contornando-os, vemos aparecer respostas em forma de desafio: está certo, nós somos o que vocês dizem, por natureza, perversão ou doença, como quiserem. E, se somos assim, sejamos assim e se vocês quiserem saber o que nós somos, nós mesmos diremos, melhor que vocês. Toda uma literatura da homossexualidade, muito diferente das narrativas libertinas, aparece no final do século XIX: veja Wilde ou Gide. E a inversão estratégica de uma "mesma" vontade de verdade. (FOUCAULT, 2010. p.279).

Em outras entrevistas, como *O papel do intelectual*, presente em *Micrifísica do poder*, 1978 e *Inquirição sobre as prisões*, as publicada na coletânea *Ditos e Escritos*, Foucault fala do feminismo e da luta antimanicomial, do movimento gay, feminismo, entre outros exemplos concretos de resistência em nosso tempo.

Em suma, concordamos com Castelo Branco- o autor privilegiou a análise dos mecanismos de poder em detrimento dos movimentos de resistência, mas a publicação paulatina de seus cursos e de suas entrevistas revelaram uma maior contribuição de Foucault para a questão da resistência.

RESISTÊNCIA: LIBERDADE E AUTONOMIA DO SUJEITO

Foucault (2014) defende que é falso analisar o poder somente em termos negativos, ou, pelo menos, que a repressão não é o essencial das relações de poder. Foucault apresenta o poder como produtor e transformador da realidade. “(...) o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção”. (FOUCAULT, 2014,

p.189). A tese de que o sujeito é produto de um poder onipresente originou as principais objeções à noção foucaultiana de resistência.

As teses defendidas em *Vigiar e punir* geraram uma série de polêmicas entre críticos e defensores. A tese de que o sujeito é um produto do poder levou ao questionamento do lugar da liberdade e da agência política nas relações de poder. Alguns comentaristas (WOLIN, 1986b; EAGLETON, 1990; BEST; KELLNER, 1991) consideram a tese de Foucault como uma espécie de determinismo político, que tornaria a resistência redundante e quimérica e levantaram algumas questões: “como o indivíduo, atravessado pelo poder de ponta a ponta, pode subverter os elementos de sua formação?” “Se o sujeito não é senão o produto do poder, a ação política não seria reduzida ao espectro da coerção?”.

O esforço de Foucault em *A vontade de saber* para assegurar um lugar para a ação política e a liberdade do agente no interior das relações de poder não foram suficientes para sanar as objeções dos críticos à sua noção de resistência. Alguns comentaristas³ defendem que a formulação de Foucault é desesperadora, até mesmo nihilista, e que se trata de um poder onipresente e inelutável, contra o qual não há como resistir: “O conceito do poder de Foucault não permite um conceito de resistência. Toda resistência se encontra já no horizonte do poder, que combate, e se transforma, logo que vence, em um complexo de poder, que provoca uma outra resistência”. (HABERMAS, 2000). Dessa forma, Habermas sustenta que Foucault criou um conceito de resistência quimérico, pois o sujeito nada pode fazer contra um poder que o produz.

Por outro lado, há intérpretes de Foucault que defendem que o poder não domina o indivíduo por completo e não esgota as possibilidades de subversão. Uma relação de completa dominação não é uma relação de poder, mas uma situação de escravidão (FOUCAULT, 1995). Dessa forma, relações de poder exigem liberdade e agência dos indivíduos e grupos envolvidos, que nem sempre reproduzem e transmitem fielmente as normas da qual é efeito. (BUTLER, 1997, p. 12). A resistência pode produzir novas relações, subverter os efeitos do poder e criar novas realidades. Em suma, mais do que

³ Alguns críticos, como Wolin (1986b, p.179), sustentam que Foucault não foi capaz de resolver esse problema e que produziu apenas “um gesto insurrecional contra um mundo corporatizado sem saída”.

componente ativo das relações de poder, a resistência é a possibilidade para o exercício delas, uma vez que sem ela não há efeitos do poder, mas de dominação completa.

Na mesma linha que Butler, uma corrente de intérpretes sustenta que é falsa a ideia de que, como indivíduos envolvidos nas relações de poder, não podemos fazer escolhas mais ou menos livres (Cf. CHOCKR, 2004). Essa possibilidade existe, ainda que limitada. Esses intérpretes defendem que a possibilidade de autonomia e de resistência nas relações de poder se fazem presentes, pois há falhas nas teias de poder nas quais os indivíduos estão envolvidos, e é justamente nesses momentos, às vezes contingentes, que os indivíduos podem inverter os efeitos do poder aos quais estão submetidos (Cf. CHOCKR, 2004). O'Farrell (1989) defende que a autonomia tem um sentido social, visto que ela acontece menos na esfera privada e mais na esfera social ou pública; pois, a recriação do eu autônomo e a resistência são narrativas e são coisas que acontecem em determinados ambientes sociais; e, para Foucault, nada está fora do discurso e das relações de poder.

Podemos encontrar em textos do próprio Foucault elementos que nos permite justificar a hipótese levantada por Chockr (2004) e O'Farrell (1989). Foucault procurou se defender das objeções levantadas pelos seus críticos. Para o autor, é falso lhe atribuir à afirmação de que o sujeito é totalmente envolvido pelas malhas do poder:

Nestes casos de dominação – econômica, social, institucional, ou sexual –, o problema, com efeito, é o de saber onde vai se formar a resistência ... Numa tal situação de dominação, deve-se responder a todas essas questões de um modo específico, em função do tipo e da forma precisa de dominação. Mas a afirmação, "você enxerga o poder em todo lugar; logo não existe lugar para a liberdade", parece-me absolutamente inadequada. Não se pode me atribuir a idéia de que o poder é um sistema de dominação que tudo controla e que não deixa nenhum lugar para a liberdade. (Foucault, 1994, p.721).

Críticos afirmam que a concepção foucaultiana de poder bloqueia qualquer forma de resistência e liberdade por parte de resistência, mas é justamente o contrário- as relações de poder só existem quando há possibilidade de liberdade. A liberdade ontológica é insubmissa- ela procura reverter um poder que procura aprisiona-la e formata-la. Só existe relação de poder quando há liberdade, nos alerta Foucault:

O poder não se exerce senão sobre "sujeitos livres" e enquanto são "livres"
– entendamos por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de

si um campo de possibilidades no qual muitas condutas, muitas reações e diversos modos de comportamento podem ter lugar. Onde as determinações estão saturadas, não há relações de poder: a escravidão não é uma relação de poder quando o homem está acorrentado (trata-se, então, de um relação física constrangedora), mas somente quando o homem pode movimentar-se e, no limite, fugir. (Foucault, 1995, p.237-8).

Portanto, onde não há liberdade, não há relação de poder e sim dominação completa do sujeito- regimes de terror ou escravidão. Para haver liberdade é necessário a possibilidade de um enfrentamento contínuo- a liberdade se exerce na relação de forças entre os indivíduos e grupos. A liberdade só pode se externar no espaço público- um ambiente político-social- onde haja o mínimo de tolerância:

O problema central do poder não é o da "servidão voluntária" (como poderíamos desejar ser escravos?): no cerne da relação de poder, "induzindo-a" constantemente, temos a reatividade do querer e a "intransitividade" da liberdade. Mais que de um "antagonismo" essencial, seria melhor falar de uma "agonística" ... uma relação que é, ao mesmo tempo, de incitação recíproca e de luta; trata-se menos de uma oposição termo a termo que os bloqueia um face a outro e, bem mais, de uma provocação permanente. (Foucault, 1994, p.237-8).

Resumidamente, podemos concluir que a liberdade e a autonomia do sujeito estão presentes nas relações de poder, as vezes em maior ou menor grau, mas sempre presentes. A resistência e a autonomia têm um sentido social e acontecem no mesmo campo que o poder- o sujeito procura resistir e recriar sua autonomia lá onde há poder, lá onde ele é mais incisivo e mais insuportável.

NOÇÕES NORMATIVAS

Para alguns críticos, *Vigiar e punir* deixou clara a falta de noções normativas na obra de Foucault; a corrente representada, principalmente, por Habermas defende que a formulação de normas e valores universais estão na base da noção de resistência política e, somente a partir delas, os indivíduos podem compreender e justificar a necessidade de oporem-se ao poder. “Ela (genealogia) coloca entre parênteses as pretensões normativas de validade tanto como as pretensões sobre a verdade proposicional, abstendo-se de perguntar se algumas formações de discurso e de poder poderiam ser mais justificadas

que outras”. (HABERMAS, 2000, p. 394). Para outros críticos, a possibilidade da resistência no pensamento de Foucault teria sido eclipsada por um tipo de "criptonormativismo" implícito que atravessaria toda sua obra, algo característico de certo tipo de ceticismo pós-moderno.

Segundo Foucault, a genealogia não é uma descrição científica, e sim forma de ação engajada com o objetivo de resistir ao poder. Porém, por que devemos resistir ao poder? Habermas considera que somente a introdução de noções normativas poderia responder essa questão. Para o filósofo, a lacuna normativa empobrece a genealogia de foucaultiana e a torna incapaz de descrever a sociedade.

Nancy Fraser, na mesma direção, tem apresentado o âmago da questão nos seguintes termos: “(...) somente mediante a introdução de noções normativas, ele (Foucault) poderia nos dizer o que o regime de saber/poder moderno tem de errado e porque deveríamos lhe opor resistência”. (FRASER, 1981). Segundo a autora, se a teoria do poder de Foucault pretende ser normativamente neutra, então bastaria apresentar a natureza do poder moderno. Porém, em vários pontos, Foucault posiciona-se a favor da resistência ao poder. Desse modo, Foucault não conseguiu escapar da contradição ao elaborar uma filosofia politicamente engajada e normativamente neutra.

De fato, é uma opção metodológica de Foucault substituir a tentativa de elaboração de princípios normativos e universais pela análise da ação real e não totalizante dos mecanismos e práticas de poder. Foucault deixou claro que não pretendia analisar moralmente a política, nem prescrever comportamentos e ações, mas produzir um saber que pudesse servir como “caixa de ferramentas” para aqueles que ousam enfrentar o poder; essas lutas são processos históricos e contingentes de contestação e enfrentamento do poder (Cf. FOUCAULT, 2006). Dessa forma, não faria sentido criar normas universais de fora dos processos nos quais os indivíduos estão implicados. Os indivíduos, situados em um determinado tempo e realidade, é que devem decidir pelo que é necessário lutar e quais as melhores maneiras de se fazê-lo.

É inteiramente verdade que me recuso – quando escrevo um livro – a tomar uma posição profética que consiste em dizer às pessoas: eis aí o que vocês devem fazer; ou então, isso é bom, isso não é bom. Eu lhes digo: eis como, grosso modo, parece-me que as coisas aconteceram, mas as descrevo de tal maneira que as vias de ataques possíveis sejam traçadas. Mas nisso, não forço nem coajo ninguém a atacar. É uma questão que me concerne

pessoalmente quando decido – sobre as prisões, asilos psiquiátricos, isso ou aquilo – me lançar em um certo número de ações. Digo então que a ação política pertence a um tipo de intervenção totalmente diferente dessas intervenções escritas e livrescas; é um problema de grupos, de engajamento pessoal e físico. Não se é radical por se ter pronunciado algumas fórmulas, não, a radicalidade é física, a radicalidade concerne à existência. (FOUCAULT, 2010. p.281).

Além de não acreditar em fórmulas previamente descritas, outro motivo para a falta de noções normativas é a visão de Foucault a respeito da função do intelectual. Segundo o filósofo, não cabe ao intelectual dizer o que as massas devem fazer, nem apresentar soluções ou qualquer coisa do tipo.

O papel do intelectual não é mais o de se colocar "um pouco na frente ou um pouco de lado" para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da "verdade", da "consciência", do discurso. (FOUCAULT, 2010. p.281).

Segundo Foucault, o papel do intelectual não é ficar na “retaguarda”, ou promover uma tomada de consciência, mas ajudar no enfrentamento de um sistema de poder e hierarquização do qual ele faz parte. A teoria não deve ser totalizante e não se separa da prática- o intelectual deve atuar na luta, lá onde ela acontece lá onde o poder é mais insidioso. Mais do que dizer o que é bom ou ruim, ou que prescrever ações, é preciso dar voz e protagonismo aos que estão silenciados e escutar os contra discursos de quem vivencia esses problemas locais, como as injustiças do sistema prisional ou a transfobia.

Dessa forma, podemos entender porque Foucault substituiu a normatividade e a prescritividade pela descritividade e pela particularidade como forma de recusa e crítica as teorias totalizantes e universais. O autor dá preferência à elaboração de um saber concreto, uma “caixa de ferramentas” para o enfrentamento do poder, voltando sua atenção para os sujeitos e para movimentos locais nos quais estão inseridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foucault mudou a discussão do poder de uma visão centrada no Estado para uma visão microfísica e díspare. Assim como o poder, o autor também tem uma visão

descentralizada da resistência. Segundo Foucault, resistência é múltiplas formas de enfrentar o poder: individuais ou coletivas, globais ou locais, pacíficas ou violentas, em menor ou maior grau, mas sempre presentes.

As análises foucaultianas nos ajudam a entender melhor as formas heterogêneas de resistência de nosso tempo. Segundo o autor, atualmente as lutas contra o poder e seus excessos podem ser separadas em três grupos: as lutas contra a dominação (étnicas, religiosas, sociais), as lutas contra a exploração (que separam o indivíduo do que ele produz), e, por último, as lutas contra a submissão e o assujeitamento- que reivindicam o estatuto do indivíduo. De acordo com Foucault (1995), as lutas contra as formas de assujeitamento são lutas relativamente novas e são as mais presentes atualmente. Essas lutas, como o feminismo, movimento LGBTQI+ e o movimento antirracista são lutas por novas formas de subjetividade, por novas formas de sentir e de ser reconhecido como sujeito. O problema não é tão somente o Estado e as instituições, mas também as técnicas de individuação e normalização. Foucault sintetiza as lutas em torno do estatuto do indivíduo nas seguintes palavras "sem dúvida, o objetivo principal, hoje, não é o de descobrirmos, mas o de nos recusarmos a ser o que somos" (1994, p.232). O futuro das lutas políticas reside no potencial de criação individual e também coletivo, como os movimentos políticos cada vez mais ativos a partir do século XX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEST, S.; KELLNER, D. *Postmodern Theory: Critical Interrogations*. New York: Guilford. 1991.

BUTLER, Judith. *The Psychic Life of Power. Theories in Subjection*. Stanford: Stanford University Press. 1997.

CASTELO BRANCO, Guilherme. *As resistências ao poder em Michel Foucault*. Trans/Form/Ação, São Paulo, 24: 2001.

CHOKR, Nader. *Foucault on Power and Resistance: Another Take -Toward a Post-postmodern Political Philosophy*. In Annual Conference of the Society for European Philosophy, August 26-28, 2004 at the University of Greenwich (London, UK). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/314235186_Foucault_on_Power_and_Resistance_Another_Take_--Toward_a_Post-postmodern_Political_Philosophy.

- EAGLETON, Terry. *The Ideology of the Aesthetic*. New York: Basil Blackwell. 1990.
- FRASER, Nancy. *Foucault on Modern Power: Empirical Insights and Normative Confusions*. Praxis International, v. 1, p. 283, 1981.
- FOUCAULT, Michel. Ditos e Escritos. *Estratégia, poder-saber*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- _____. *Dits et écrits*. V.4. Paris: Gallimard, 1994.
- _____. *Em defesa da sociedade*. Trad. Maria Ermantina Galvão. Editora Martins Fontes. São Paulo, 2005.
- _____. *História da Sexualidade: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2019.
- _____. *Microfísica do Poder*. ed. 26. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. *O sujeito e o poder*. In: Michel Foucault: Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, ed.42, 2014
- HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes 2000.
- HELLER, Kevin Jon. *Power, subjectification and resistance in Foucault*. In: Substance, n.79, 1996a, p. 78-110.
- LEMKE, Thomas. *Foucault, Governmentality, and Critique*. In: Rethinking Marxism: A Journal of Economics, Culture & Society, 14:3, 49-64, 2002.
- MACHADO, Roberto. *Por uma genealogia do poder*. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, ed.9, 2019.
- O'FARRELL, Clare. *Foucault: Historian or Philosopher?* London: MacMillan Press, 1989.
- PATTON, Paul. *From Resistance to Government: Foucault's Lectures 1976–1979*. In: A Companion to Foucault. UK, 2013.
- REVEL, Judith. *Foucault, une pensée du discontinu*. Paris: Mille et une nuits, 2010.
- WOLIN, Richard. *Foucault's Aesthetic Decisionism*. Telos. 1986b.